

**BARRAGENS EM PORTUGAL:
DE VILARINHO DA FURNA À ALDEIA DA LUZ,
COM PASSAGEM PELO DOURO INTERNACIONAL**

**Manuel de Azevedo Antunes
Lucinda Coutinho Duarte
João Pedro Reino**

**(CEPAD – Centro de Estudos da População Ambiente e Desenvolvimento -
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Lisboa)**

O grande impulso para o sector eléctrico em Portugal surgiu a partir de 1940, nomeadamente com a Lei 2002, de 1944, que definiu as linhas mestras da electrificação do País.

O que levou à criação das primeiras grandes empresas hidroeléctricas portuguesas: a Hidroeléctrica do Zêzere, para fornecer energia a Lisboa; a Hidroeléctrica do Cávado, para abastecer a cidade do Porto; a Hidroeléctrica do Douro; a que se juntou a Companhia Nacional de Electricidade, com a concessão das linhas e subestações de transporte, e a Termoeléctrica Portuguesa.

As referidas empresas viriam a fundir-se, em 1969, na Companhia Portuguesa de Electricidade (CPE), a qual acabou por ser nacionalizada, dando lugar à Electricidade de Portugal (EDP), em 30 de Junho de 1976, ficando esta com o monopólio da produção, transporte e distribuição de energia no Continente.

Foi neste âmbito que, a partir da década de 1950, se realizou a construção de grandes empreendimentos hidro e termo eléctricos, nomeadamente em Vilarinho da Furna, Picote, Miranda do Douro, Bemposta e, finalmente, em Alqueva, com a submersão da aldeia da Luz.

É este percurso - **DE VILARINHO DA FURNA À ALDEIA DA LUZ, COM PASSAGEM PELO DOURO INTERNACIONAL** - que constitui o objectivo desta comunicação.

1- O Caso de Vilarinho da Furna

Vilarinho da Furna era uma pequena aldeia da freguesia de S. João do Campo, situada no extremo nordeste do concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga, na Peneda-Gerês, vizinha da Galiza.

A sua origem perde-se na bruma dos tempos. Segundo uma tradição oral, transmitida de geração em geração, teria começado a sua existência por ocasião da abertura da célebre estrada da Jeira, um troço da VIA XVIII do Itinerário de Antonino, que de Braga se dirigia a Astorga, num percurso de 240 Kms, e daqui a Roma. Estaríamos, segundo a opinião mais provável, pelos anos 70 da nossa era.

E é possível que alguns dos traços da maneira de viver do povo de Vilarinho se filiassem na cultura dos povos pastores e ganadeiros indo-europeus, provavelmente lá introduzidos por migrações pré-romanas e reforçados pelas invasões suevas.

Mas tudo o que hoje se pode dizer sobre o nascimento de Vilarinho da Furna se resume num levantar de hipóteses, num formular de perguntas que paira no ar, em busca de uma solução que ainda não se divisa.

Todavia, no meio de toda esta incerteza, um facto se apresenta incontestável: se não a sua origem romana, pelo menos a sua romanização. Aqui, como em muitas outras partes do império, os romanos chegaram, passaram e deixaram rasto.

Já lá vão quase dois mil anos!... Passado obscuro, quase sem história, é o passado de Vilarinho da Furna. Não fosse a sua riqueza etnográfica e a construção da barragem que pôs termo à sua existência e Vilarinho da Furna seria hoje uma aldeia esquecida, anónima como o seu passado, qual pérola perdida na vastidão das serras do Minho. Mas tal não aconteceu porque os olhos dos etnólogos descobriram em Vilarinho uma relíquia da velha organização comunitária, hoje agonizante, mas outrora muito difundida na Europa. Mesmo sem ser um caso único, o comunitarismo de Vilarinho era, pelo menos, um caso invulgar.

Os traços fundamentais deste sistema comunitário situam-se ao nível das condições económicas e da organização social.

As condições económicas desta zona têm a ver, essencialmente, com a distribuição/exploração da propriedade. Assim, no que respeita à posse da terra, nesta comunidade rural, deparamos com uma propriedade privada, diferentemente repartida por vários detentores. Mas este tipo de propriedade tinha, no entanto, o seu complemento numa outra propriedade colectiva, constituída pelos logradouros comuns, onde todos os moradores vizinhos apascentavam os seus gados, roçavam os matos, cortavam lenhas, etc., de acordo com normas previamente definidas e democraticamente aceites.

As actividades económicas de Vilarinho da Furna, desenvolveram-se num quadro típico de organização social, intimamente ligado às condições ambientais. Embora a natureza não exigisse uma única forma de adaptação, a escolhida, foi, certamente, das mais adequadas.

A base dessa organização assentava na assembleia dos representantes das várias famílias da povoação, que reunia geralmente às Quintas-Feiras, embora o pudesse fazer noutros dias, sobretudo de noite, se assim o exigissem as circunstâncias.

Essa assembleia, que em Vilarinho se chamava Junta, presidida por um Juiz, era a herdeira do antigo *conventus publicus vicinorum* (assembleia pública dos vizinhos) do reino visigótico. Era nessa assembleia que se analisavam, até à exaustão, os problemas que a todos diziam respeito, e se decidiam, por vontade expressa da maioria, as soluções a adoptar. A Junta era a mais perfeita expressão da democracia popular.

O Juiz ou Zelador, totalmente independente das autoridades administrativas oficiais, era obrigatoriamente escolhido para um reinado de seis escassos meses entre os homens casados da Junta, segundo a lista dos seus casamentos.

Eram muitos e variados os trabalhos que se apresentavam à Junta, periódicos uns, extraordinários outros. Assim, ela tinha que tomar medidas acerca da reparação e abertura de caminhos, organização da vida pastoril, distribuição das águas de rega,

divisão dos matos a roçar, madeiras a cortar, montarias aos lobos, marcação das vindimas, etc., etc., e, nos últimos anos da vida de Vilarinho, estabelecer a melhor estratégia de luta contra a Companhia construtora da barragem, o único inimigo que se lhe apresentou como invencível.

A Companhia construtora da barragem chegou, montou os seus arraiais e meteu mãos à obra. Esta surge progressiva e implacavelmente.

O êxodo do povo de Vilarinho pode localizar-se entre Setembro de 1969 e Outubro de 1970. De um ano dispuseram, pois, os habitantes de Vilarinho para fazer os seus planos, procurar novas terras e proceder à transferência dos seus móveis.

As 57 famílias que habitavam esta povoação procuraram fixar-se noutras paragens, investindo geralmente na agricultura os parques contos de uma escassa indemnização que receberam da então Companhia Portuguesa de Electricidade. Pelo conjunto de toda a aldeia, e respectivos terrenos de cultivo e maninhos, ofereceu a Companhia construtora da barragem, nada mais nada menos que 20.741.607\$00, o que equivale a 5 escudos por metro quadrado, incluindo as casas. Se excluirmos as habitações e outras construções, foi pago meio escudo por cada metro quadrado de Vilarinho, o equivalente ao custo de meia sardinha, a preços da época.

Mas enfim, chegou o momento da partida e não havia tempo a perder. Cada um procurou levar consigo tudo o que pôde. Os telhados desapareceram de dia para dia. Apenas ficaram as paredes nuas...

Amortalhada num espesso manto de neve, Vilarinho ficou pronta para ser coberta pelo mortífero lençol de água.

Os habitantes de Vilarinho foram dispersos pelas mais variadas terras dos concelhos de Braga, Viana do Castelo, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Barcelos, Vieira do Minho, Terras de Bouro, etc., onde encontraram novas gentes, novos costumes.

Da vida e recantos da aldeia comunitária não resta mais que um sonho. Sonho que é continuado no Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, construído com as próprias pedras da aldeia comunitária, e que se espera venha a ser um importante Centro de Cultura (Antunes, 1985).

Apesar da destruição da aldeia, que ocasionou a dispersão da população, a morte transformou-se no princípio de uma vida nova para os Desenraizados de Vilarinho da Furna.

Os anos passaram e, hoje, essa população está organizada n'**AFURNA — Associação dos Antigos Habitantes de Vilarinho da Furna**, criada em Outubro de 1985, que tem por objectivo a defesa, valorização e promoção do património cultural, colectivo e/ou comunitário do antigo povo de Vilarinho.

Esse património é fundamentalmente constituído pelas componentes histórico-cultural e sócio-económica. Daí as tarefas e/ou acções a desenvolver nas áreas da cultura, da formação, da investigação científica e do desenvolvimento económico-social. O que trará consigo, além do mais, a criação de um pólo de desenvolvimento regional, com incalculáveis benefícios para o próprio país.

A aproximação do termo da construção da barragem, nos fins dos anos sessenta, levou-me a estabelecer um programa de salvaguarda do seu património cultural, já então mundialmente conhecido. Daí surgiu a ideia da construção do Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna. Vários anos se passaram e o Museu, feito com pedras da aldeia submersa, está finalmente construído, pela Câmara Municipal de Terras de Bouro, segundo projecto do saudoso Arq. Rosado Correia, a escassos Kms da antiga povoação de Vilarinho. A inauguração do edifício foi feita pelo Primeiro Ministro da altura, Aníbal Cavaco Silva, em 14 de Maio de 1989.

Nesse Museu pretende-se, principalmente, documentar a vida de Vilarinho da Furna, nas suas semelhanças e diferenças com outras aldeias da região. E fazer dele um Centro Cultural polivalente, com as necessárias infra-estruturas para o desenvolvimento cultural e científico, ao serviço das populações em que se insere.

Apesar de fortemente afectado com a barragem, o património de Vilarinho da Furna ainda conta com cerca de 3000 hectares de terrenos, dispersos pelas serras da Amarela e do Gerês. São terrenos comunitários que, devido às lutas contra as investidas dos Serviços Florestais, desde finais do século XIX, acabaram por se transformar numa propriedade privada dos descendentes dos outorgantes, naturais de Vilarinho, que constam de uma escritura de aforamento dos respectivos terrenos, feita pela Câmara Municipal de Terras de Bouro em 17 de Agosto de 1895.

Neste momento, é preocupação dos antigos habitantes de Vilarinho da Furna proceder a um aproveitamento integral desse património. Para o que se prevê:

- A reflorestação dos referidos terrenos, sitos na serra Amarela e no Gerês;
- A criação de uma reserva faunística;
- A implementação do Museu Subaquático de Vilarinho da Furna;
- Um aproveitamento turístico que defenda e valorize o património ecológico existente.

A implementação deste projecto, nas suas diversas componentes, reveste-se de singular interesse. De facto, trata-se de um projecto integrado, que transformará esta zona num importante pólo de desenvolvimento regional sustentável, com inestimáveis benefícios, não apenas para as populações aí residentes, mas para o próprio país, com inegáveis repercussões internacionais (Antunes, 1994).

2- O Caso da Aldeia da Luz

Ao longo do último século, grande parte do Mundo recorreu à construção de grandes barragens, pois eram sinónimo de desenvolvimento económico associado a políticas hidráulicas ambiciosas.

Esse desiderato deu origem a situações de mobilidade das populações atingidas, que se vêem compulsivamente obrigadas pelos respectivos Estados a abandonar os seus territórios de pertença, bem como as suas casas e haveres.

O enfoque principal do nosso estudo sociológico incidiu justamente nos habitantes da aldeia da Luz, que foram obrigados à deslocalização para uma nova aldeia, situada no Monte da Juliôa e dos Pássaros, a cerca de 2 Kms da aldeia submersa, onde surgiu o

maior lago artificial da Europa. A velha aldeia da Luz foi desmantelada e submersa e a nova aldeia foi, então, inaugurada em 20 de Novembro de 2002.

Na verdade, a intenção de construir uma barragem no rio Guadiana remonta aos anos sessenta do século passado e teve como justificação principal, entre outras, a necessidade imperiosa de abastecimento de água para regadio.

Após sucessivos adiamentos, fruto da conjuntura política e dos constrangimentos económicos e sociais que Portugal foi sofrendo nas últimas décadas, a barragem do Alqueva foi, finalmente, construída e inaugurada nos princípios de 2002.

Os seus habitantes (cerca de 360), previamente ouvidos sobre o local onde se erigiu a nova aldeia, foram ocupando as novas casas, numa aldeia construída por forma a *reproduzir* a simbólica *material e imaterial* da aldeia submersa.

Os impactos sociais provocados com esta mobilidade compulsiva, constituíram a problemática que procuramos analisar na nossa investigação, na medida em que, existe uma relação estreita entre as colectividades humanas e o espaço que habitam, entre a morfologia espacial e territorial e os patrimónios sociais e culturais de qualquer comunidade.

Assim, a aldeia da Luz não constitui excepção, na medida em que a mobilidade compulsiva poderá dar origem a diferentes adaptações ao novo espaço.

Porque se trata de um estudo exploratório, num período em que os habitantes ainda estão *sob o efeito* da mudança, não apresentamos conclusões definitivas, podendo o aprofundamento futuro testar a sua relevância e oportunidade sociológica.

A metodologia de observação directa foi precedida de um pré-teste realizado em espaços privilegiados de observação: Adro da aldeia, Sociedade Recreativa Luzense, cafés e restaurante da aldeia, conversas informais, etc.

As entrevistas foram feitas a indivíduos de ambos os sexos, com idades a partir dos 40 anos, onde foram equacionadas dimensões sociais e culturais que consideramos como variáveis relevantes para a aceitação/rejeição do novo enquadramento espacial e relacional, no modo como os luzenses se vão gradualmente adaptando face à mudança.

A estratégia utilizada foi a do método de análise intensiva, que implicou a observação participante e a aplicação de perguntas semi-dirigidas, estruturadas num questionário, tendo em vista a obtenção de respostas susceptíveis de serem tratadas qualitativamente e quantitativamente.

A opção pela faixa etária dos 40 e mais anos teve a ver com dimensão que se prende com a *memória*, por se considerar uma mais valia essencial, ou seja, partiu-se do pressuposto de que os mais idosos possuíam mais conhecimento sobre a *história* da comunidade.

Foram entrevistados 5 indivíduos: 2 analfabetos; 2 com a antiga 3ª Classe; 1 com a antiga 4ª Classe.

Na construção da nova aldeia, tanto quanto apuramos, foram tidas em consideração as redes informais de vizinhança o que, à partida, constituiu um factor positivo na medida em que, depois do *fechamento* inicial (fruto da adaptação de cada indivíduo ao novo espaço), podem ressurgir os laços e as sociabilidades anteriores.

Considerámos como relevante para a nossa investigação, a recolha e a pesquisa documental (revistas, jornais e artigos relacionados com a problemática das migrações ocorridas noutros países em idênticas circunstâncias), bem como as conversas informais mantidas com interlocutores locais.

Não nos apoiámos apenas em aspectos endógenos mas também em aspectos exógenos a esta comunidade, na medida em que a mobilidade compulsiva dos habitantes da Luz acaba por ocorrer em território nacional, num país onde, tradicionalmente, a mobilidade/emigração é maioritariamente dirigida para o exterior.

Ao nível das *memórias*, haverá uma permanente recorrência ao outro espaço (*não lugar*) tido como referência primordial, pelo que haverá sempre lugar para a comparação, do que “*tínhamos lá e aqui não temos, do que víamos lá e aqui não vemos*”.

Na nova aldeia da Luz, apesar de ser um *constructo* manipulado, na medida em que procura *reproduzir* a antiga aldeia submersa (que, aliás, se pode adivinhar em detalhes captados pelos arquitectos projectistas), existem referentes alusivos à construção tradicional alentejana.

Ao percorrermos a nova aldeia, vemos e sentimos o espaço metamorfoseado, que redefinirá e moldará um novo *modus vivendi* e a apropriação do espaço enquanto pertença colectiva.

Essa apropriação passará, necessariamente, por uma estratégia individual e colectiva, onde o sentimento de pertença se vá consolidando e as trocas simbólicas possam fruir novamente, quer nos espaços colectivos, quer nos espaços privados.

Carlos Fortuna (1999), a esse propósito, diz-nos que “a (re)composição contextualizada das identidades opera-se, de modo simultâneo, a partir quer de diferentes lugares, quer de diferentes tempos, quer de diferentes agentes e referentes. Naturalmente têm também direcções e propósitos variados, pelo que não são apenas os contextos espaciais e temporais, são também os contextos discursivos e a intencionalidade política que lhes subjaz, que interferem e condicionam o sentido da respectiva recomposição identitária. Por esta razão, devemos admitir a existência de um *continuum* de possibilidades, para as expressões identitárias que sujeitos e grupos desenvolvem, à medida que a vida social se complexifica e globaliza” (p. 16).

A readaptação ao novo espaço poderá ser portadora de múltiplas inseguranças, quer no plano material, quer no plano afectivo, que durante os primeiros anos poderá dar origem a um certo *mal estar identitário*, que progressivamente se irá desvanecendo.

No caso da aldeia da Luz, para colmatar esse défice, a manutenção da identidade colectiva será posta à prova, após alguns anos, pelo que julgamos ser fundamental o empenho das entidades envolvidas no projecto do Alqueva, que devem estimular a realização de actividades, por forma a manter a identidade colectiva dos luzenses, para

que a aldeia não se transforme num *bairro* social periférico a Mourão, sem identidade própria.

Sabemos, que as comunidades se inserem em *redes* que se articulam com uma enorme diversidade de *locus* de poder estruturante e, nessa medida, para se afirmarem em relação ao poder do Estado, precisam de uma representação de si mesmas, de *meios e equipamentos* colectivos onde possam fundamentar e garantir a sua identidade própria.

Assim, falarmos da identidade colectiva dos luzenses, é, sobretudo, falar da manutenção de um traço comum, que a distinga das demais, o que dá um novo sentido à (re)composição identitária do seu tecido social e espacial, pelo que poderemos admitir a existência de um *continuum* de possibilidades, à medida que a vida e os desafios do quotidiano se desencadeiam e complexificam.

Os processos simbólicos de mitificação da vida colectiva, são do *tipo prospectivo*, pois são projectados para o futuro (em relação aos benefícios que virão a acontecer pela construção da barragem) e vão sendo incorporados pelos diferentes actores, quer através da retórica discursiva, quer através das práticas.

Deste modo, partimos do pressuposto de que a partilha e a ocupação de um *espaço*, durante um período de vida média de um indivíduo, gera uma rede polivalente de interdependências, de valores colectivos e de um sentimento de pertença face ao grupo e ao espaço que o rodeia. Assim, qualquer desvio empírico, face ao modelo, fundamenta a tese de que uma *comunidade* existe *num dado espaço* e, portanto, com um quadro sócio-espacial de interacção dotado de identidade própria.

Também o quotidiano das pequenas comunidades é estruturado em função da crescente mobilidade espacial, pelo que a proximidade espacial já não é condição *sine qua non* para garantir afinidades. As formas culturais autonomizaram-se em relação ao enraizamento local, logo o papel do espaço não está limitado, pois, hoje, tudo tem um *sentido* mais global, face à disseminação da *informação* e dos *media*.

A *imagem* que os luzenses tinham da sua aldeia permite-nos concluir que os indivíduos fazem as suas escolhas com base em valores e crenças partilhados com os outros indivíduos e não apenas a partir de critérios formais de racionalidade, ou de *uma reflectividade individual emancipada face à tradição*, como refere Giddens (2000: 27).

As representações sociais que subjazem à percepção do *espaço* envolvente, de acordo com os dados da nossa investigação, reflectem a ligação profunda dos luzenses a um determinado local de pertença. Não obstante, demonstram ter capacidade de adaptação às novas realidades territoriais e espaciais, muito embora subsista a saudade de ter vivido num local único e irrepetível, a nostalgia do que se deixou para trás, que se perdeu irremediavelmente na voragem das águas da barragem e a que, paradoxalmente, só a *memória* poderá conferir *sentido* ao recriar esse espaço único, no seu *imaginário individual e colectivo* (Lourenço, 1999: 9-73).

É evidente que a construção de barragens de grande dimensão, envolve um vasto leque de opções políticas e económicas e os impactos sociais, que atingem as populações deslocadas, são geralmente contabilizados como *custos* ou como obstáculos à implantação dessas obras e à *mão invisível* do mercado ou das políticas que impõem e definem o seu destino. Daí que, ao analisarmos os questionários efectuados, percebemos

que a identidade colectiva desta aldeia foi estruturalmente abalada, o que não quer dizer que tenha sido destruída.

Assim, e como corolário, entendemos que a mobilidade compulsiva vivida pela população da aldeia da Luz deixou marcas profundas nos seus habitantes. No entanto, também entendemos que, comparativamente ao que aconteceu aos ex-habitantes de Vilarinho da Furna, houve, por parte do Estado português, outro tipo de preocupações com a salvaguarda do património, quer humano quer material, e isso é resultado do regime democrático em que vivemos.

O Decreto-Lei nº 379, de 5 de Novembro de 1993, estabelece o regime legal da água e considera-a como sendo um *património natural*.

Neste sentido, a própria lei remete-nos para um paradigma de desenvolvimento com equidade inter-geracional e inter-territorial onde os princípios regulamentadores das políticas hídricas devem encarar a água como um património colectivo e não como uma mera mercadoria.

As comunidades atingidas pela construção de barragens, devem ser ouvidas e apoiadas na medida em que a água não deve ser reduzida a um simples valor de troca, pelo que a as políticas económicas devem ser conciliadas com os interesses das populações, tendo como objectivo a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento que se pretende alcançar no futuro, por forma a minimizar os impactos negativos em consequência da construção de barragens.

A aldeia da Luz e os seus habitantes, reúnem condições para que a aldeia se transforme num pólo dinamizador de múltiplas sinergias, assim se verifique a vontade política em ultrapassar os constrangimentos do passado. A água é fonte de vida e representa o renascimento, a limpeza, a purificação, adquirindo um estatuto simbólico inigualável em todas as culturas.

Que assim continue e que todos os luzenses a ela tenham acesso, para que a sua dádiva e abnegação, em favor do projecto do Alqueva, possa fazer sentido.

3– O Caso do Douro Internacional

A construção das barragens do Douro Internacional constituiu uma marca de uma época, são uma experiência precisa, rigorosa e, para além do mais, grandiosa, que ficou oculta nas escarpas do Douro Internacional (Tavares, 1999: 139). São elementos de afirmação do poder proteccionista do Estado. Era um período de euforia para os engenheiros e um ambicioso projecto de exploração hidroeléctrica num percurso de cerca de 40 kms do Douro. A construção de barragens era sinónimo de orgulho e progresso tecnológico. Era uma fase de assombro, na qual este tipo de empreendimentos eram um requisito obrigatório para o processo de industrialização/desenvolvimento local/nacional.

O caso do Douro Internacional é uma situação *sui generis*. Até certo ponto é a antítese de Vilarinho da Furna e da aldeia da Luz. A construção das barragens de Picote, Miranda do Douro e Bemposta não implicou a submersão de nenhuma aldeia, logo não envolveu a sua realocação e também não teve impactos directos sobre as

comunidades. Com a edificação das barragens, os impactos foram essencialmente ao nível do património natural. No caso do Douro ainda existe um outro simbolismo de extrema importância. A edificação destas três barragens significava a conciliação do Movimento Moderno da Arquitectura com os aproveitamentos hidráulicos. Isto supunha que o processo de industrialização estabelecesse um diálogo entre os elementos arquitectónicos e a paisagem.

Estas barreiras de betão foram construídas na “*época de ouro*” das barragens. Estávamos em 1950. Primeiro Picote, depois Miranda do Douro e, por fim, Bemposta, já nos anos 60. Nesta época, defendia-se que o desenvolvimento sócio-económico do País teria por base a construção de barragens. Isto significava que os governantes de então tinham como paradigma de desenvolvimento regional e nacional um paredão de betão, que serviria, sobretudo, para a produção de electricidade. Todos os *males da Nação*, todo o atraso económico, político e social de Portugal seriam ultrapassados com a edificação de um muro. Se dúvidas houvesse, o tempo encarregou-se de provar o contrário. Contudo, actualmente, este “modelo de desenvolvimento” ainda impera nas mentes de muitas pessoas. Veja-se o caso de Alqueva.

A construção de barragens significa a alteração da paisagem, ou seja, os paredões moldam e contribuem para um processo de modificação do horizonte. No entanto, esta conciliação entre Arquitectura e Engenharia, fez com que houvesse um esforço de fazer as barragens “como parte integrante” da paisagem. Isto implica que, nestes três casos, as barragens eram elementos de representação do Poder mas, também, elementos de produção da paisagem, ou seja, as barragens como uma componente que vai reconstruir a paisagem.

As barragens de Miranda do Douro, Bemposta e Picote simbolizam uma etapa da história da Arquitectura Moderna que se mantém desconhecida, tendo havido, por parte da equipa de arquitectos, uma preocupação de plena integração e inserção na paisagem, no contexto, isto é, uma perfeita relação entre a função e a forma. A construção destas barragens permitiu que nascesse um conjunto de equipamentos de invulgar valor, produto de uma admirável modernidade e de um excepcional cuidado, tanto no traço como na articulação com a paisagem natural, tendo-se conciliado as preocupações estéticas e a necessária funcionalidade.

Picote, Miranda do Douro e Bemposta são um exemplo paradigmático, por todo o contexto envolvente. Como apoio a essa construção, foi edificado um conjunto de equipamentos colectivos, *O Moderno Escondido* (Cannatà, 1997). Estas edificações foram feitas como uma estrutura de serviços auto-suficientes, *uma cidade ideal, a cidade dos tempos modernos*: foi criado um centro urbano de raiz. O objectivo era oferecer aos trabalhadores as condições de habitabilidade nos espaços residenciais, situados junto da obra. Construíram-se moradias, escola, centro comercial e uma capela. Todas estas edificações foram obra dos arquitectos João Archer, Nunes de Almeida e Rogério Ramos, responsáveis pela construção da *cidade ideal*, da *cidade moderna*, da “*cidade à colher*”. Um trabalho notável, mas esquecido e ignorado. A *cidade moderna* tinha três elementos chave: o local de trabalho, de residência e o espaço comercial (onde se incluía a escola, posto médico, o centro social e as lojas). Consistia numa arquitectura geométrica, modulada, afirmativa, de forte presença visual. Mas, sempre articulada com as linhas de paisagem, numa sabedoria de implantação atenta às formas naturais que parece directamente herdada da tradição helenística (...) (Tavares, 1999: 140). As

edificações eram um marco racionalista, onde tudo foi pensado até ao mais pequeno pormenor do mobiliário.

Todas as barragens têm elementos comuns: uma central, um edifício de comando, de descarga e um parque de linhas. A princípio todas seguiriam o mesmo modelo de construção (no que se refere às edificações de apoio à construção da barragem). Mas, à medida que os projectos avançam, os propósitos vão ficando incompletos em termos de infra-estruturas e zonas de apoio, não passando do papel.

A barragem de Picote foi a primeira das três intervenções a ser realizada no Douro Internacional, tendo-se iniciado em 1954 e a sua inauguração ocorreu em 1959. A localização desta barragem, uma pequeníssima aldeia rural, coincidia (coincide) com uma das áreas menos desenvolvida do País. Foram montadas infra-estruturas para instalar as famílias dos trabalhadores envolvidos na construção. Em consequência da escassez de casas na zona do estaleiro, foi edificado um bairro privativo (casas definitivas). Foram construídas habitações para 5000 mil pessoas, desenharam-se estradas, edificaram-se casas provisórias em madeira com baseamento em granito (que seriam mais tarde desmontáveis para a utilização noutros estaleiros) e elaborou-se um plano urbanístico para as estruturas definitivas. Picote era o núcleo central dos três empreendimentos.

Das estruturas definitivas faziam parte a estação de tratamento de água. Em consequência da carência de água para abastecer este núcleo populacional foi necessário recorrer à elevação da água do rio e ao seu adequado tratamento), a escola, o bairro dos operários especializados e do pessoal dirigente (casa dos engenheiros), a capela, a estalagem, uma zona recreativa, parque de jogos, piscina e centro comercial (estação de correios, posto de saúde, padaria, mercearia, talho, peixaria, drogaria e barbearia). As edificações definitivas serviriam, depois, para a gestão e manutenção do empreendimento. Em toda a construção e planeamento do espaço houve um cuidado meticuloso.

Os alojamentos são de dois tipos: havia as habitações unifamiliares para os trabalhadores com família e as habitações colectivas para aqueles que não tinham familiares. Estima-se que, no pico dos trabalhos, estiveram envolvidos 3600 trabalhadores, e, provavelmente, juntando os seus familiares, a população deste núcleo pudesse ter atingido os 6500 indivíduos.

A barragem de Miranda do Douro é contemporânea à construção de Picote. Os trabalhos começaram em 1957 e terminaram em 1960. Neste caso foi elaborado um plano que estava em plena articulação e moldado à cidade de Miranda. Assim, Miranda recebe, numa espécie de ressarcimento, um conjunto de infra-estruturas até então inexistentes, para usufruto de toda a população local. Estas contrapartidas foram exigidas pelos autarcas locais e teriam como objectivo aumentar a qualidade de vida da população. Paralelamente, são construídas as edificações que iriam auxiliar a construção da barragem. O tipo de edificações e o planeamento urbanístico seguiu o modelo de Picote.

Bemposta foi o último dos aproveitamentos do Douro Internacional. Os trabalhos iniciaram-se nos começos de 1960 e terminaram em 1964. Planeou-se a construção de um grande complexo residencial, um novo centro urbano. Deste novo núcleo faziam parte uma igreja, um centro recreativo, um edifício alfandegário e um posto de abastecimento de uma companhia petrolífera. Contudo, em consequência do somatório

de vários factores (entre os quais se destaca a inovação tecnológica e o abrandamento dos investimentos do governo), este projecto nunca se chega a concretizar integralmente.

Estas construções, que possuem um valor arquitectónico inquestionável (funcionavam como uma plataforma logística para a construção das barragens), foram erguidas como uma espécie de “condomínio fechado”, um gueto, isto é, como um território segregado. A *cidade ideal* (a cidade de sonho) constituía um modelo de organização anti-urbano, um modelo fechado em si mesmo. O objectivo era não haver contacto entre os *da terra* e as pessoas que vinham *de fora* para trabalhar nas obras. Numa primeira fase, esse objectivo foi conseguido. Com o decorrer dos tempos, começou a haver uma interpenetração entre os *da terra* e os trabalhadores das barragens. Estimava-se que, durante a construção, cinco mil pessoas permaneceriam nesta zona. Foi o “período áureo” para os conterrâneos. Picote, Miranda do Douro e Bemposta foram locais de confluência de milhares de pessoas. Os pequenos núcleos rurais passaram a ser lugares de grande movimentação.

Actualmente, com o avanço tecnológico e com a gestão centralizada das barragens, o número de funcionários necessários para assegurar este empreendimento é muito reduzido. A crise começou com a informatização das barragens, tendo-se iniciado um progressivo despovoamento de todas as instalações. Parte deste património edificado está votado ao abandono (casa dos engenheiros, escola, centro comercial), tendo-se convertido num povoado fantasma, totalmente despojado, situado num contexto rural de excepcional beleza. Nos bairros dos operários, as casas ou foram recentemente vendidas a forasteiros (que as irão usar como segunda habitação), ou estão ocupadas por reformados da empresa.

Toda esta zona sofreu, nos últimos trinta anos, com o processo de i/emigração. O despovoamento é um problema preocupante do interior do país. O crescimento apregoado nos anos 50/60, do século passado, foi uma ilusão. Ainda hoje, as populações raianas vivem com dificuldades e o desenvolvimento sócio-económico foi uma miragem.

4- Conclusão

Durante o último século, o desenvolvimento económico tem sido o pretexto ideológico para a construção de grandes barragens. O que provocou, na generalidade dos casos, a mobilidade compulsiva das populações atingidas, obrigadas a abandonar, além do mais, os seus territórios de pertença, com os inevitáveis impactos sociais.

As aldeias de Vilarinho da Furna, da Luz e do Douro Internacional, que aqui analisamos, constituem, cada uma a seu modo, exemplos paradigmáticos do fenómeno referido.

Daí o interesse desta análise, que esperamos constitua uma abordagem para o repensar/reformular do(s) modelo(s) de desenvolvimento que se pretende.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADEREM, Associação de Desenvolvimento de Mourão (2002). *Caracterização da área geográfica de intervenção da Barragem do Alqueva*. Estudo não publicado.
- Ambiente, Instituto de Hidráulica e Engenharia Rural (1999). *Estudo prévio do Emparcelamento rural da freguesia da Luz: - emparcelamento rural integrado*. Estudo não publicado.
- Antunes, Manuel de Azevedo (1985). *Vilarinho da Furna - Uma Aldeia Afundada*. Lisboa: A Regra do Jogo Edições.
- Antunes, Manuel de Azevedo (1994). *Requiem por Vilarinho da Furna - Uma Aldeia Afundada*. Colec. Meia Hora de Leitura. Lisboa: Biblioteca da Universidade Lusófona.
- Augé, Marc (1998). *Não-Lugares, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Bloemer, Neusa Maria (2001). *Hidroelétricas e populações locais*. Santa Catarina, Brasil: Editora Cidade Futura.
- Bourdieu, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Cannatà, Michele, & Fernandes, Fátima (1997). *Moderno Escondido – Arquitectura das Centrais Hidroelétricas do Douro, 1953-1964*. Porto: FAUP.
- CEFAG-Universidade Évora (2002, Julho). Alqueva, Para que fins múltiplos?. *Revista Economia Pura*, nº 48, Ano V.
- Duarte, Lucinda Coutinho & Teixeira, Luísa & Santos, Mafalda (2003). *Aldeias Submersas em Consequência da Construção de Barragens: * Vilarinho da Furna (1971) * Aldeia da Luz, Alentejo (2002)*. Dissertação de Licenciatura não publicada, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S. A. (2001). *Diagnóstico social da Aldeia da Luz, Relatório Final*. Estudo não publicado.
- Espírito Santo, Moisés (1999). *Comunidade rural ao Norte do Tejo*. Lisboa: Associação dos Estudos Rurais da Universidade Nova de Lisboa.
- Fortuna, Carlos (2000). *Identidades, percursos e paisagens culturais*. Oeiras: Celta Editora.
- Geertz, Clifford (1999). *O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*, Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.
- Giddens, Anthony (2001). *Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Goffman, Erving (1963). *Estigma, La Identidad Deteriorada*, Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Lefebvre, Henri (1986). *La production de l'espace*. Paris: Anthopos.
- Lévi-Strauss, Claude (1977). *L'Identité*, Paris: Editions Grasset et Fasquelle.
- Lourenço, Eduardo (1999). *Portugal como Destino, seguido de Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva.
- Mendras, Henri (1980). *Sociedade Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Pellegrino, P. et al. (1980). *Identité Regionale et representations collectives de l'espace*, Genève: CRAAL – FNSRS, Université de Genève.
- Piselli, Fortunata (1996). *Caminhos silenciosos da mudança (Quatro Aldeias Antes e Depois do 25 de Abril)*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PROCESL (1996). *Estudo do Impacte Ambiental da Nova Aldeia da Luz*. Estudo não publicado.
- Reino, João Pedro (2002), *Aldeia da Luz – Uma aldeia em 'mudança'*, Dissertação de Mestrado em Sociologia (não publicado), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Silvano, Filomena (2001). *Antropologia do Espaço*. Oeiras: Celta Editora.
Tavares, Domingos (1999). A arquitectura das hidroeléctricas portuguesas do Douro internacional – Picote. *Arquitectura e Industria Modernas, 1900-1965*. Sevilha: DOCOMOMO Ibérico, 137-141.

“SITES” CONSULTADOS

- www.aldeiadaluz.pt
- www.citidep.pt/ngo/afurna
- www.cnpgb.inag.pt/gr-barragens/gbportugal/index.htm
- www.dams.org/news_events/media.php?article=169
- www.dossiers.publico.pt/alqueva/html/aldeia_luz.html
- www.edia.pt
- www.europa.en.int/water/water-bathing/index_en.html
- www.parque-natural-peneda-geres.pt
- www.peneda.geres.naturlink.pt
- www.unece.org/env/water